

O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

EDUCAÇÃO

MEC autoriza contratação de professores

Medida beneficia universidades federais; docentes com cargo de chefia podem ter aumento

PABLO PEREIRA

O governo federal anunciou ontem duas medidas de impacto no setor do ensino público superior. O Ministério da Educação (MEC) decidiu autorizar as universidades federais a contratar professores para suprir vagas existentes e vai rever os valores pagos para ocupantes de cargos de chefia.

"A revisão dos valores das funções dirigentes será discutida com os reitores em reunião em Belo Horizonte (MG) no fim da semana", afirmou Abílio Baeta Neves, diretor de Ensino Superior do MEC. Ele disse ainda que o governo prepara uma redefinição dos quadros de docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

De acordo com Baeta, as Ifes poderão fazer concursos para contratação. "A decisão política já está tomada", declarou.

Segundo Baeta, a contratação por concurso deve resolver um problema grave das instituições. "As universidades enfrentam dificuldades na questão do professor substituto", argumentou. Pelos cálculos do governo, a contratação pode eliminar despesas que as Ifes mantêm com o pagamento dos substitutos, gastando com pessoal dinheiro destinado aos insumos.

Segundo o diretor do MEC, as duas medidas complementam iniciativas do governo de valorização do ensino superior.

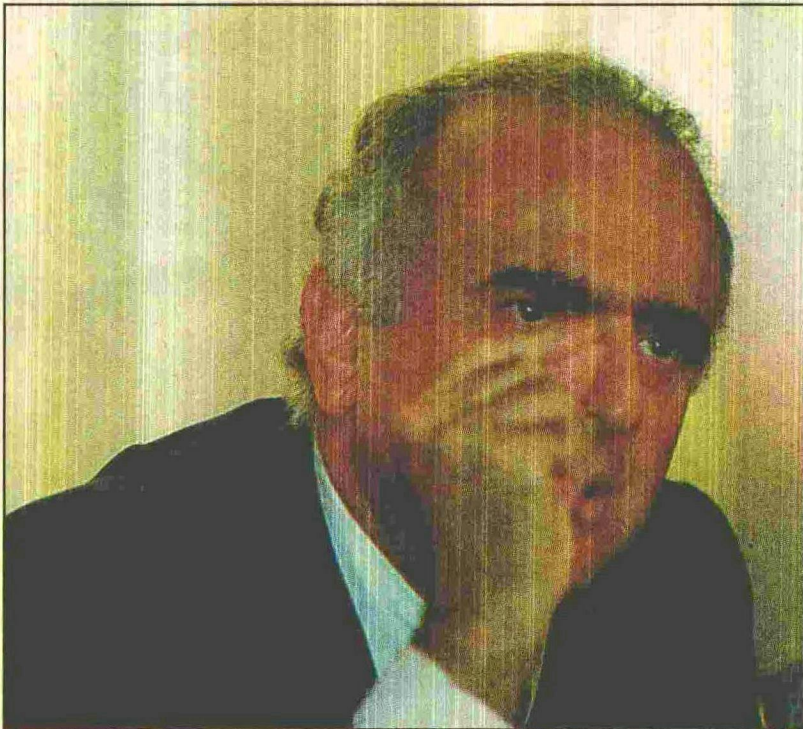
GOVERNO ADMITE AJUSTES EM PROGRAMA DE INCENTIVO

Baeta explicou também que as datas dos concursos vão depender das universidades.

Unifesp – Baeta argumentou ainda que o MEC estuda ajustes no Programa de Incentivo à

Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior. O programa foi lançado pelo ministro Paulo Renato Souza no início de fevereiro. O ministro disse ao **Estado** que o programa de gratificações é uma "valorização dos docentes".

Pelo sistema, professores com doutorado e mestrado devem receber bolsas que variam de R\$ 1.100 a R\$ 400 mensais como gratificação



Proposta de Paulo Renato é criticada: bolsas de R\$ 400 a R\$ 1.100

para lecionar na graduação.

A medida caiu como uma bomba nas universidades. A reação das entidades classistas foi imediata. O sindicato nacional dos professores de instituições públicas (Andes) criticou a iniciativa e deve reunir-se em Brasília no fim da semana com representantes de universidades es-

taduais para debater a organização de uma greve de protesto contra a política salarial.

Em São Paulo, o Conselho de Graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) seguiu as primeiras avaliações dos professores e também é contra a gratificação. Ontem, uma assembléia dos

professores da Unifesp manteve o repúdio à gratificação, alegando que o governo tenta dividir a categoria com bolsas de incentivo. Hoje, às 11 horas, o Conselho Universitário da Unifesp discute uma posição oficial sobre o caso.

Ontem ainda, o diretor de Ensino Superior afirmou que o caso da Unifesp "é diferenciado". Para ele, o programa "não pode ser implementado na Unifesp da mesma forma que no Acre". "É preciso fazer ajustes", justificou. Baeta disse que os professores não devem ver o programa de incentivo como política salarial. "Não é uma suplementação salarial", argumentou. Ele acredita que o que está ocorrendo na Unifesp é que "o programa pode não ter sido bem esclarecido". "Talvez tenha havido uma falha do MEC", avaliou. Baeta explicou ainda que o programa deve atender 19 mil professores das 52 Ifes.

No fim da tarde, Rosemarie Andreazza, presidente da Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina (ADEPM-Unifesp), criticou uma das medidas anunciadas por Baeta. Segundo ela, a revisão dos salários dos cargos de chefia é mais "uma manobra do governo". A dirigente acredita que a autorização para contratação é uma boa medida. "A contratação era uma antiga reivindicação da categoria."